

EMPREGO E SALÁRIOS

Desempenho do mercado de trabalho na RMPA — 1997

*André Luiz Leite Chaves**

O objetivo deste texto é apresentar o desempenho do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no ano de 1997,¹ com base nas informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED-RMPA). A análise empreendida, embora restrita ao mercado de trabalho metropolitano, tem importância significativa para o Estado, visto que esse espaço regional, além de abranger um terço da população gaúcha, concentra cerca de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana do Estado.

O ano de 1997 foi marcado pela continuidade do processo de estabilização da moeda, tendo, para tanto, uma condução de política econômica voltada para a correção dos desequilíbrios interno (fiscal) e externo (balança comercial). Essa correção envolveu a redução da pressão do dispêndio do setor público sobre a demanda agregada e mudanças estruturais na base produtiva, principalmente na indústria.

Tal conjuntura não foi favorável ao emprego no País. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE), na média dos meses de janeiro a novembro de 1997, das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, quatro apresentaram taxas de desemprego superiores às do mesmo período de 1996.

* Economista, Técnico da FEE.

O autor agradece às Sociólogas Miriam De Toni, Norma Herminia Kreling e Irene M. Sassi Galeazzi e à Estatística Marilene Dias Bandeira pelas diversas formas de apoio na execução deste texto.

¹ Texto elaborado com informações disponíveis até novembro de 1997.

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul também enfrentou problemas. O crescimento da economia gaúcha, estimado em 5,7%, puxado pela elevação do Produto industrial (10,5%), certamente aumentou o nível de ocupação na RMPA. Porém o ritmo desse aumento foi insuficiente para absorver o incremento da oferta de trabalho, trazendo como consequência a ampliação do número de pessoas desempregadas. Outro fato observado foi que não se repetiu o crescimento expressivo e generalizado dos rendimentos na Região, que vinha ocorrendo desde 1995.

1 - O emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 1997

Segundo os dados da PED-RMPA, no período jan.-nov./97, o comportamento da PEA foi de relativa estabilidade. A PEA apresentou oscilações durante todo o transcorrer do ano, porém permanecendo em patamares mais elevados em relação ao mesmo período do ano passado, conforme demonstra o Gráfico 1. O número médio de participantes no mercado de trabalho, no período jan.-nov./97, foi de 1.523 mil pessoas, 18 mil a mais que no mesmo período de 1996. Como esse aumento relativo da PEA foi inferior ao verificado na População em Idade Ativa (PIA) — mais 59 mil pessoas —, a taxa global de participação média — que indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas — recuou, no período em análise, de 54,5% em 1996 para 54,0% em 1997, configurando-se a mais baixa taxa de participação desde o início da Pesquisa, em 1992 (Tabela 1).

O decréscimo da taxa de participação ocorreu somente para as mulheres (-1,8%), já que a dos homens se manteve estabilizada. Segundo a idade, a queda foi generalizada, exceto para a faixa etária entre 25 e 39 anos, que permaneceu constante. A maior queda, semelhante ao ocorrido no desempenho anual de 1996, foi registrada entre os jovens com idade entre 10 e 17 anos (-13,3%). Já para os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos, a taxa caiu 2,7% em relação ao mesmo período do ano passado, e, para os indivíduos com 40 anos e mais de idade, a retração foi de 2,4%.

Segundo a PED-RMPA, o desempenho da ocupação regional em 1997 revelou-se positivo, com pequeno crescimento relativamente ao mesmo período do ano anterior. O número médio de ocupados na Região foi de

1.319 mil pessoas, 12 mil postos de trabalho a mais que em 1996. O comportamento da ocupação seguiu o seu padrão sazonal — queda no primeiro semestre e recuperação a partir de julho de 1997, conforme mostra o Gráfico 2.

O balanço de postos eliminados e criados por setor de atividade pode ser visualizado no Gráfico 3. O maior responsável pela criação de postos de trabalho foi o setor serviços, com 20 mil postos, seguido do comércio, com 5 mil, e da categoria outros, que engloba trabalhadores na construção civil e nos serviços domésticos (2 mil).

O único setor que eliminou postos de trabalho foi a indústria de transformação — menos 15 mil ocupações —, comportamento este que já vem se repetindo por quatro anos consecutivos, comprovando a tendência de reestruturação produtiva por que passa o setor e os reflexos negativos da política econômica visando à estabilização de preços. Entre os dois períodos analisados, considerando-se o cargo ou função, foram eliminados 16 mil postos de trabalho ligados à execução não qualificados e 4 mil postos ligados à execução semiquualificados e criados 5 mil postos ligados às demais funções. Além disso, cumpre ressaltar o comportamento do nível de ocupação na indústria, no transcorrer do ano de 1997. Os primeiros cinco meses do ano apresentaram quedas surpreendentes, acumulando 40 mil postos, porém, a partir de junho, ocorreu uma reversão do quadro, que fez com que o setor, no final do período em foco, praticamente recuperasse o mesmo nível de ocupação do início do ano.

Ao analisar-se o aumento do nível global de ocupação ocorrido no período jan.-nov./97 frente ao mesmo período do ano anterior e tomando o recorte por posição na ocupação, observa-se que tal evolução positiva esteve associada a criação de 13 mil postos entre os assalariados do setor privado e a 15 mil entre os autônomos, conforme pode-se observar no Gráfico 4.

A eliminação de postos de trabalho ficou por conta dos assalariados do setor público (menos 10 mil), o qual vem passando por um processo de ajuste que inclui, principalmente, a redução do número de funcionários e dos trabalhadores ocupados na categoria outros — que engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. —, a qual também sofreu retração (menos 4 mil postos).

Em 1997, a tendência à ampliação do contingente de ocupados com níveis mais altos de instrução, observada nos últimos anos, teve

continuidade. O Gráfico 5 demonstra que, na média do período jan.-nov./95, 48,2% dos ocupados não tinham sequer o primeiro grau completo, 20,4% tinham concluído o 1º grau ou possuíam o 2º grau incompleto, e 31,4% tinham um grau maior de instrução. No entanto, considerando-se o mesmo período de análise em 1997, o primeiro grupo teve uma redução no seu contingente, participando com 41,7% das ocupações, enquanto os outros dois aumentaram suas participações para 22,2% e 36,1% respectivamente. Em valores absolutos, no período analisado, foram eliminados 91 mil postos para os trabalhadores sem o 1º grau completo e foram criadas 80 mil ocupações para os trabalhadores com um grau maior de instrução. Essa modificação estrutural que vem se verificando no mercado de trabalho da RMPA, em parte, se explica pelo crescimento da escolaridade do conjunto da população metropolitana, mas a magnitude dessa transformação é tal que merece também atribuí-la a modificações no lado da demanda por trabalho, com ênfase crescente na qualificação da mão-de-obra.

2 - Desemprego elevado

Os dados da PED-RMPA indicam que, entre janeiro e novembro de 1997, ocorreram altas taxas de desemprego. Nesse período, a taxa média de desemprego total na Região atingiu 13,4% da PEA, superando a taxa média de 13,2% registrada no mesmo período de 1996. O número médio de desempregados na Região aumentou de 198 mil pessoas em 1996 para 204 mil em 1997. Essa elevação do desemprego foi determinada basicamente pela insuficiência do ritmo de geração de postos de trabalho para atender à ampliação da força de trabalho: como 18 mil pessoas se incorporaram à PEA e foram gerados apenas 12 mil novos postos no ano, o contingente em desemprego foi acrescido em 6 mil pessoas, em 1997.

O desempenho da taxa de desemprego total respeitou os padrões sazonais que afetam essa variável. Depois de ter crescido desde o início do ano, a taxa atingiu o pico de 14,2% durante os meses de julho e agosto, declinando a partir de então e atingindo, em novembro último, o patamar de 12,3%. Em condições normais, seria de se esperar que, em dezembro, a taxa de desemprego continuasse a cair, tendo em vista a expansão da demanda de trabalho no final do ano, mormente no setor de comércio e de serviços. Resta saber, contudo, em que medida essa variável será afetada

pelas medidas econômicas implantadas recentemente face aos desdobramentos da crise do Sudeste Asiático em fins de outubro do ano em questão, em particular a elevação da taxa de juros.

No Gráfico 6, que mostra as taxas de desemprego por tipo², observa-se que o desemprego aberto foi o único responsável pelo crescimento da taxa de desemprego total, uma vez que o desemprego oculto apresentou queda, passando de 4,0% em 1996 para 3,8% em 1997. A taxa de desemprego aberto cresceu pelo terceiro ano consecutivo, passando de 9,2% em 1996 para 9,6% em 1997, atingindo o seu mais alto patamar desde o início da PED-RMPA. Estima-se em 146 mil pessoas o contingente em desemprego aberto, no período em análise.

Houve relativa estabilidade do desemprego para os homens. Entre a População Economicamente Ativa masculina, a taxa de desemprego passou de 12,4% para 12,3% entre o mesmo período de 1996 e o de 1997. Já para a PEA feminina, ocorreu um aumento da taxa de desemprego, passando de 14,3% para 15,0% nos mesmos períodos de análise. Por faixa etária, ocorreu crescimento generalizado da taxa de desemprego. As elevações foram mais significativas para os indivíduos com 40 anos e mais de idade (8,5%) e para os jovens com idade entre 10 e 17 anos (5,1%) e 18 e 24 anos (4,6%). Para os indivíduos entre 25 e 39 anos, que compõem a maior parcela da população ocupada, a taxa média de desemprego total teve a menor variação positiva (0,8%).

A análise do desemprego segundo os atributos pessoais preocupa, quando se observa que foram os chefes de domicílio que tiveram o incremento mais expressivo na taxa de desemprego (16,3%), agravando ainda mais o aspecto social do desemprego, visto que esse segmento tem, via de regra, maior responsabilidade no sustento das famílias.

² A PED-RMPA investiga os seguintes tipos de desemprego: **desemprego aberto**, que abarca as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias; **desemprego oculto pelo trabalho precário**, que compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, ou algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício; **desemprego oculto pelo desalento e outros**, que engloba pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Já na análise do desemprego segundo a desagregação de acordo com o grau de escolaridade, pode-se observar elevação do desemprego em todas as categorias educacionais e que as elevações foram mais acentuadas para aquelas que possuem um grau de instrução inferior (Gráfico 7). Juntando-se a isso o fato de que o nível de ocupação vem aumentando para os grupos com um grau maior de instrução, tem-se um elemento adicional para respaldar a tese de um deslocamento da demanda por trabalho em direção à mão-de-obra mais qualificada.

Com relação ao tempo médio despendido na procura de trabalho, o Gráfico 8 mostra que o número de semanas gastas na procura de emprego no período jan.-nov./97 foi sempre superior ao verificado em 1996. Em termos de médias anuais, constatou-se que o tempo gasto pelos desempregados na procura de trabalho aumentou de 30 semanas em 1996 para 36 semanas em 1997. Para as pessoas em situação de desemprego aberto, esse período aumentou de 27 para 33 semanas e, para as que estavam em situação de desemprego oculto, passou de 40 para 44 semanas.

3 - Diminui o ritmo de crescimento do rendimento

A análise dos rendimentos médios, contabilizando os primeiros 10 meses de 1997, permite verificar que não se repetiu o crescimento expressivo e generalizado que vinha ocorrendo desde 1995. Comparando-se os períodos jan.-out./96 e jan.-out./97, para o conjunto dos ocupados registrou-se variação positiva de 1,5%, que elevou o rendimento médio real para R\$ 601,00. Essa variação foi bem menor que a verificada entre o mesmo período de 1995 e o de 1996, que atingiu 8,2%. Já para os assalariados ocorreu uma pequena queda de 0,7%, ficando o salário médio em R\$ 580,00, conforme mostra a Tabela 2.

A perda de fôlego do crescimento dos rendimentos, que foi uma das características do mercado de trabalho na RMPA durante o ano de 1997, já era um fenômeno esperado. A variação negativa do rendimento médio dos assalariados tomados em conjunto teve como causa única a queda de 1,6% nos salários pagos aos trabalhadores do setor público, conforme mostra o Gráfico 9. Já a variação positiva de 0,9% nos salários do setor privado, bem menor que em períodos anteriores, teve como causa provável dois fatores.

Em primeiro lugar, os salários, no período em análise, sofreram maior influência da extinção da indexação salarial no âmbito do Plano Real; e, em segundo, dados o elevado desemprego e a reestruturação produtiva em curso, os sindicatos perderam poder de barganha, revelando-se mais frágeis nas negociações diretas entre empregados e empregadores.

Quando se analisa a evolução dos rendimentos do trabalho por setor de atividade no âmbito do setor privado, observam-se variações positivas frente ao período anterior. A variação de 0,9% apresentada pelo setor refletiu as variações positivas dos salários pagos nos três grandes setores: serviços (0,5%), indústria (0,9%) e comércio (1,5%).

O rendimento médio real, nos primeiros 10 meses de 1997, tanto para os trabalhadores homens quanto para as mulheres, registrou ganhos em relação ao mesmo período do ano passado, porém com incrementos maiores para os homens. Conforme retrata o Gráfico 10, o rendimento médio real dos indivíduos do sexo masculino apresentou uma variação de 1,6%, contra 0,4% para o das mulheres, aumentando ainda mais o diferencial do rendimento dos homens em relação ao das mulheres. No período em questão, o rendimento das mulheres, que atingia 69,7% do valor do rendimento dos homens em 1996, caiu para 68,9% em 1997.

Os trabalhadores que lograram obter ganhos em relação ao mesmo período do ano anterior foram aqueles situados na faixa etária de 40 anos e mais de idade (2,4%) e os entre 25 e 39 anos (0,5%). Os mais jovens obtiveram perdas de 6,3% entre aqueles com 18 a 24 anos e de 0,6% para os de 10 a 17 anos.

Outro aspecto a destacar em relação ao comportamento das rendas do trabalho, refere-se à relação entre rendimento e escolaridade. Nesse particular, a evolução dos rendimentos médios, no período em análise, apresentou variação positiva somente para o grupo com maior grau de instrução. Houve queda para os grupos intermediários e estabilidade para o de menor instrução. O exame do Gráfico 11 revela, para os indivíduos com o 3º grau completo, uma variação do rendimento médio real de 1,5%. Já entre aqueles que possuem o 2º grau completo ou o 3º grau incompleto, registrou-se perda de 3,5% nos seus rendimentos, e, entre os com o 1º grau completo ou o 2º incompleto a perda foi de 2,9%.

Um aspecto positivo no mercado de trabalho da RMPA diz respeito à melhora na distribuição das remunerações entre os ocupados, dando continuidade a um movimento observado desde 1995.

Tal comportamento pode ser comprovado pela Tabela 3, que mostra a estrutura da repartição do rendimento no trabalho principal dos ocupados na RMPA.

O corte correspondente aos 50% dos trabalhadores com os menores rendimentos revela que, para a média dos meses de janeiro a outubro de 1995, essa parcela dos ocupados participava com 19,2% da massa dos rendimentos, e os 10% dos trabalhadores com os maiores rendimentos participavam com 36,0% do total das remunerações obtidas. Já, no mesmo período de 1996, a estrutura da repartição apresentou uma leve melhoria na distribuição dos rendimentos. A média de 1996 demonstrou que o total dos rendimentos obtidos pelos 10% com maiores rendimentos recuou para 35,6%, enquanto subiu para 19,6% a parcela dos rendimentos auferida pelos 50% com menores rendimentos. Seguindo essa tendência, a estrutura da repartição formada no período jan.-out./97 mostrou que 35,1% do total das remunerações ficou para os 10% mais ricos e 20,1% das remunerações coube aos que ganham menos.

O uso do coeficiente de Gini³, que é uma das medidas usuais para aferir o grau de concentração da renda, corrobora essa melhora da distribuição dos rendimentos observada na Tabela 3.

Os valores do coeficiente de Gini referentes às estruturas da repartição do rendimento dos ocupados no trabalho principal, na RMPA, para o período em análise, nos anos de 1993 a 1997 estão reproduzidos no Gráfico 12.

Como se constata, o coeficiente aumentou entre 1993 e 1994, indicando elevação da concentração dos rendimentos na Região. Porém, a partir de 1995, o coeficiente vem caindo: a redução do coeficiente de 0,486 em 1994 para 0,454 em 1997 é uma clara indicação nesse sentido.

³ O coeficiente de Gini é uma das medidas usuais para aferir o grau de concentração da renda. O campo de variação desse coeficiente vai de zero a um. Quanto mais o coeficiente se aproximar de zero, melhores serão, em termos de igualdade, as condições de repartição da renda. Quanto mais se aproximar da unidade, maior será o grau de concentração e, portanto, de desigualdade. Maiores esclarecimentos sobre o coeficiente podem ser encontrados em Rossi (1987).

4 - Considerações finais

Com base no exposto neste artigo, percebe-se que o mercado de trabalho na RMPA em 1997 apresentou aspectos positivos e negativos na comparação com o ano de 1996; no qual ocorreu um desempenho ruim para grande parte dos indicadores. Na média do período analisado, foram criadas 12 mil ocupações, sendo o setor serviços o responsável pela maior parte da criação de empregos, com 20 mil postos. A indústria, porém, voltou a eliminar (15 mil empregos), fenômeno este que já vem sendo captado pela PED-RMPA desde 1994, tendo como causa provável a reestruturação produtiva por que passa o setor para enfrentar a concorrência internacional. Outro fato digno de nota foi a eliminação de 10 mil postos de trabalho na Administração Pública em 1997, que pode estar sugerindo um ajuste para a diminuição da máquina pública.

Apesar da ampliação do número de ocupações, puxado pelo crescimento da economia gaúcha, ela não chegou a superar o crescimento da oferta de trabalho, representada pelo incremento da PEA, elevando o número de indivíduos desempregados. Esse número só não foi maior devido à queda da taxa de participação, provocada, sobretudo, pela saída de jovens do mercado de trabalho na Região, um fenômeno que vem sendo observado nos últimos tempos. Não obstante ser ainda elevada a participação de crianças e de adolescentes no mercado de trabalho regional (4,7% da PEA), a saída de parte desse contingente da PEA, além de abrir espaço de trabalho para os adultos, é um fato positivo em si mesmo, visto serem prioritárias, para esse segmento, a proteção e a formação integral, mormente a frequência à escola, possibilitando ao indivíduo melhores condições de inserção no mercado de trabalho quando adultos.

Uma outra característica que merece ressalva diz respeito à estrutura ocupacional segundo o grau de instrução, que vem mudando bastante ao longo dos últimos três anos, na medida em que o número de trabalhadores ocupados com maior escolaridade vem aumentando tanto em termos relativos quanto absolutos, com o oposto ocorrendo para aqueles com menor instrução. Isso pode estar indicando que a demanda nos diversos setores de atividade está se tornando mais intensiva em mão-de-obra mais qualificada. Essa tendência verificada no mercado de trabalho na RMPA parece reforçar a hipótese de que uma maior escolaridade está sendo

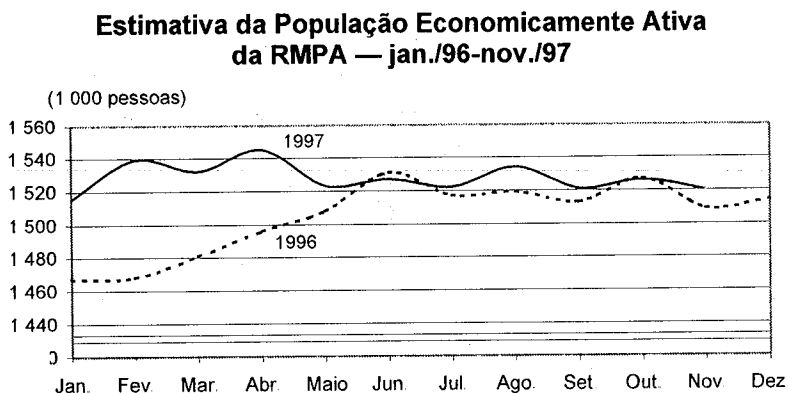
condição necessária para o trabalhador disputar uma vaga no acirrado mercado de trabalho atual.

Outro aspecto que merece ser destacado é a perda de dinamismo dos rendimentos reais no ano de 1997. O segmento que mais sofreu com isso foram os assalariados, que não possuem mais os seus rendimentos indexados, e, entre os assalariados, os funcionários públicos, que tiveram uma perda real nos seus rendimentos, consequência do ajuste já mencionado por que passa a Administração Pública.

Em edição anterior desta revista (CHAVES, 1997), fez-se referência a que a distribuição da renda na RMPA, observada após a implantação do Plano Real, estaria em vias de terminar, devido à desaceleração do crescimento dos menores rendimentos em 1996. Contudo, na análise dos dados de 1997, observa-se a continuidade de uma melhora da distribuição do rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados na Região, uma vez que os diferenciais de aumentos dos grupos de menores rendimentos foram mais favoráveis frente aos dos grupos de maiores rendimentos. Alerta-se, porém, que essa melhor distribuição ocorreu nos rendimentos do trabalho principal dos ocupados na RMPA, que foi objeto de análise deste texto. Não se analisou a renda *per capita*, nem a participação dos salários no valor adicionado da Região. Portanto, não se configura distribuição de renda em sentido amplo.

Por último, cabe ressaltar que este texto foi produzido com dados captados pela PED-RMPA até novembro de 1997, período anterior aos possíveis efeitos negativos provocados pelos desdobramentos da crise financeira e cambial que abalou as principais economias do Sudeste Asiático em fins de outubro de 1997. As medidas econômicas adotadas pelo Governo brasileiro para "salvar" o Real — a elevação das taxas de juros e mais o pacote fiscal anunciado no início de novembro — delineiam uma desaceleração da atividade econômica para os próximos meses, a qual deverá gerar efeitos negativos sobre o mercado de trabalho da Região — cuja magnitude é difícil de prever no momento — pelo menos no intervalo entre dezembro de 1997 e os primeiros meses de 1998.

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 1

Principais indicadores do mercado de trabalho na RMPA — jan.-nov. 1996/97

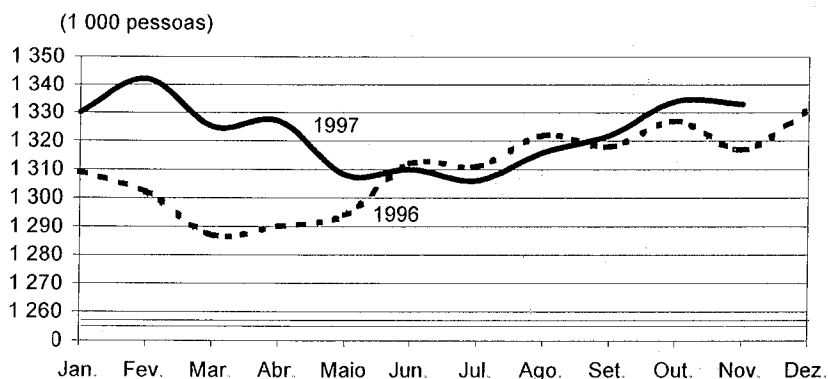
DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	Δ%
PIA (1)	2 763	2 822	2,1
PEA (1)	1 505	1 523	1,2
População ocupada	1 307	1 319	0,9
Indústria	277	262	-5,4
Construção civil	78	80	2,6
Serviços	633	653	3,2
Comércio	217	222	2,3
Serviços domésticos	94	94	0,0
Desempregados	198	204	3,0
POPULAÇÃO TOTAL (2)	3 339	3 409	2,1
Taxa global de participação média (%)	54,5	54,0	-0,9
TAXA DE DESEMPREGO (%)			
Total	13,2	13,4	1,5
Aberto	9,2	9,6	4,3
Oculto	4,0	3,8	-5,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Estimativas em mil pessoas. (2) Estimativa em mil pessoas, elaborada pelo Núcleo de Sistematização de Indicadores da FEE.

Gráfico 2

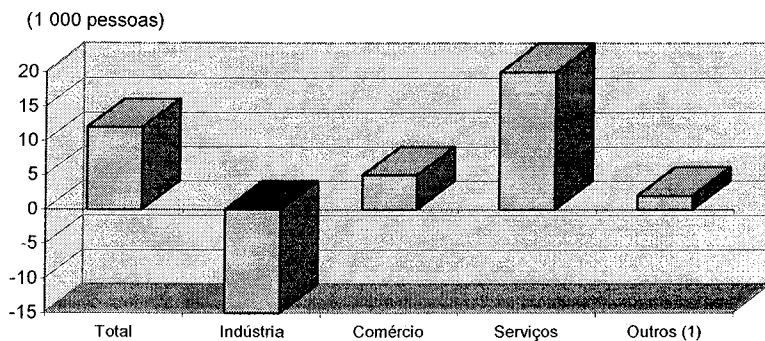
**Estimativa do número de pessoas ocupadas
na RMPA — jan./96-nov./97**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 3

**Varição do número de ocupados, por setor de atividade
econômica, na RMPA — jan.-nov. 1996/97**

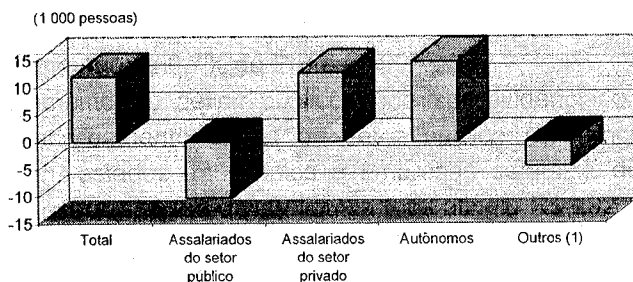


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Engloba construção civil e serviços domésticos.

Gráfico 4

Varição do número de ocupados, por posição na ocupação, na RMPA — jan.-nov. 1996/97

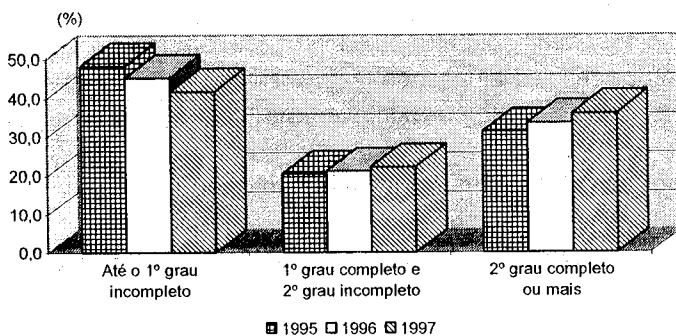


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Gráfico 5

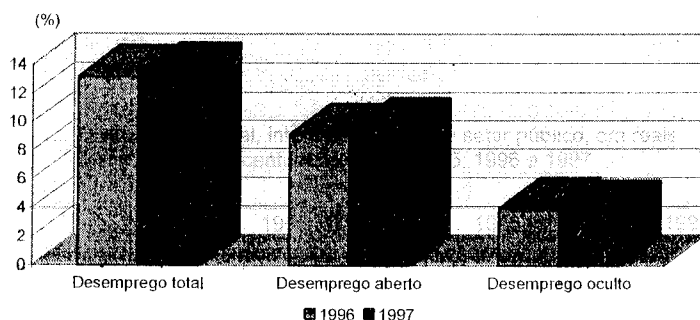
Distribuição dos ocupados por grau de escolaridade, na RMPA — jan.-nov. 1995/97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 6

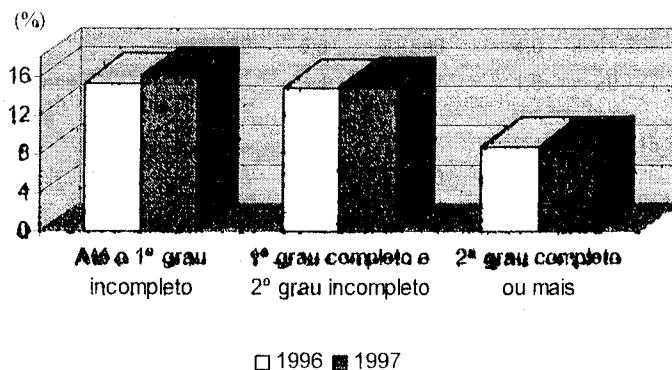
Taxas de desemprego, por tipo, na RMPA — jan.-nov. 1996/97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 7

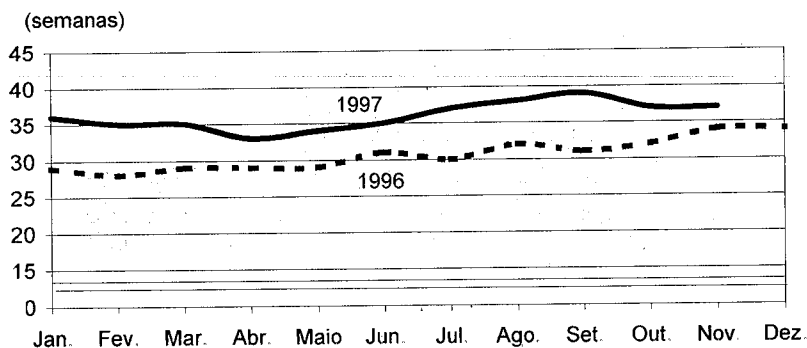
Taxas de desemprego total, por escolaridade, na RMPA — jan.-nov. 1996/97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 8

**Tempo médio despendido na procura de trabalho,
na RMPA — jan./96-nov./97**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 2

Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, por posição na ocupação e setor de atividade econômica, na RMPA — jan.-out. 1996/97

DISCRIMINAÇÃO	JAN-OUT/96 (R\$)	JAN-OUT/97 (R\$)	Δ%
OCUPADOS (1)	592	601	1,5
Assalariados (2)	584	580	-0,7
Setor privado	501	505	0,9
Indústria	497	501	0,9
Comércio	471	478	1,5
Serviços	523	526	0,5
Setor público (3)	880	865	-1,6
Autônomos	547	568	3,8
Empregadores	1 472	1 499	1,8

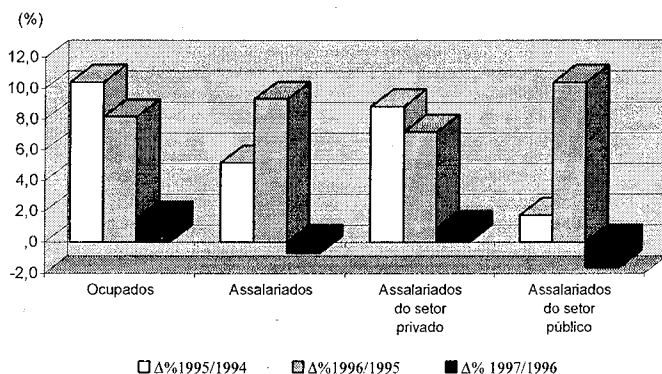
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Inflator utilizado IPC-IEPE; valores reais em out./96.

(1) Exclusive assalariados e empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (3) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias e fundações.

Gráfico 9

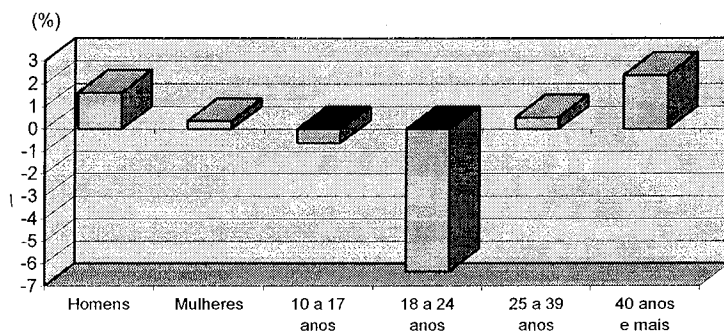
Variação dos rendimentos médios reais dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, por posição na ocupação, na RMPA — jan.-out. 1994/97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 10

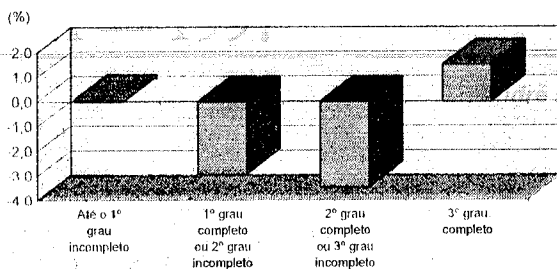
Variação do rendimento médio real, por sexo e por faixa etária, na RMPA — jan.-out. 1996/97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 11

**Variação da renda real, por grau de instrução,
na RMPA — jan.-out. 1996/97**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 3

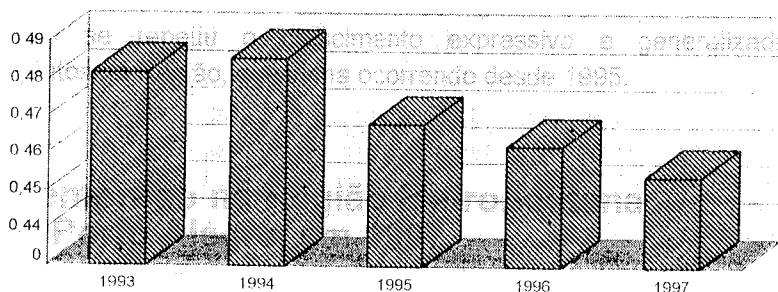
**Estrutura da repartição do rendimento dos ocupados, no trabalho principal,
na RMPA — jan.-out. 1995/97**

ESTRATOS DOS OCUPADOS POR ORDEM CRESCENTE DOS RENDIMENTOS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS RENDIMENTOS (%)		
	1995	1996	1997
20%	4,7	4,8	4,9
40%	13,6	13,8	14,2
60%	26,3	26,7	27,3
80%	47,0	47,5	48,0
100%	100,0	100,0	100,0
10% com maiores rendimentos	36,0	35,6	35,1
50% com menores rendimentos	19,2	19,6	20,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Gráfico 12

Coefficientes de Gini calculados a partir das estruturas da repartição do rendimento dos ocupados, no trabalho principal, na RMPA — jan.-out. 1993-97



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Bibliografia

- CARTA DE CONJUNTURA IPEA (1997). Rio de Janeiro: IPEA, n. 77, dez.
- CHAVES, André L. L. (1987). Mercado de trabalho na RMPA: desempenho ruim em 1996. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n.1, p.84-99, maio.
- CHAVES, André L. L. (1997). Mercado de trabalho na RMPA: desempenho desfavorável no primeiro semestre de 1997. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 64-80, nov.
- INFORME PED: pesquisa de emprego e desemprego (1997). Porto Alegre: FEE, v.6, n. 11, nov.
- MERCADO DE TRABALHO: conjuntura e análise (1977). Brasília: IPEA, n.6, out.
- ROSSI, José (1987). Observações sobre o cálculo do índice de Gini (e sua decomposição) com dados individuais da renda. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 189/190, p. 99-102, jan./dez.